



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

X. L. L.
X. L. L.
an. 19/08/2011

Ofº nº 857/SEAPI - 19 Agosto 2011

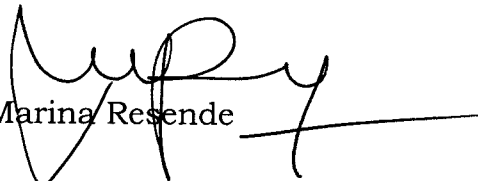
Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de
Economia e Obras Públicas
Deputado Luís Campos Ferreira

Assunto: Petição n.º 8/XII/1.ª - Iniciativa Susana Nunes Jorge e outro, que
"Pretendem que o Banco de Portugal inicie uma série de estudos e
debates tendo em vista a medição da Felicidade Interna Bruta em
Portugal" - pedido de informação ao Instituto Nacional de
Estatística, I.P.

Em resposta ao V/Ofício n.º 24/CEOP, de 22 de Julho último, encarrega-me
a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
de junto remeter ofício n.º 279 de 18 de Agosto de 2011, do Gabinete do
Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, respeitante ao
assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete


Marina Resende

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ECONOMIA	
CEOP	
N.º DE OFÍCIO	404397
N.º DE FOLHA	104 DATA 19/08/2011



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Exmo. Senhor
Dr. Luis Campos Ferreira
Presidente da Comissão de Economia e de
Obras Públicas

Sua referência:
27/CEOP, de 22/07/2011

N/ Ofício nº 279/2011

Data: 2011-08-18

Assunto: Petição nº8/XII/1ª – Iniciativa Susana Nunes Jorge e outro, que “Pretendem que o Banco de Portugal inicie uma série de estudos e debates tendo em vista a medição da felicidade Interna Bruta em Portugal” – pedido de informação ao INE, IP

Em resposta à Petição nº8/XII/1ª cumpre informar o seguinte:

A temática de medição do progresso e bem-estar das sociedades já antiga e sempre presente, ganhou grande visibilidade na sequência da iniciativa do Presidente Sarkozy, em 2008, de criar uma comissão para medir o desempenho económico e o progresso social.

O PIB, indicador que na verdade tem sido usado para medir o progresso das sociedades, embora tenha limitações é universalmente aceite para monitorar as flutuações de curto e médio prazo da actividade económica, sendo assim o melhor indicador do desempenho da economia de mercado. Mas não é certamente a forma adequada de medir, no longo prazo, o progresso económico e social, nem medir a capacidade da sociedade em lidar com mudanças climáticas, eficiência de recursos ou exclusão social.

No rescaldo da crise financeira de 2008 foi considerado oportuno passar a colocar a ênfase na medida do bem-estar das pessoas em vez de medir a produção económica.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

É neste contexto que se insere a iniciativa de criar a Comissão para “Medir o desempenho económico e o progresso social”. Em resultado surge o Relatório Stiglitz, em virtude da Comissão ser chefiada pelo prémio Nobel Prof. J. Stiglitz, apresentando inúmeras recomendações que numa forma breve, implica uma mudança radical de um sistema baseado na produção para um centrado no bem-estar das gerações presentes e futuras, alargando a dimensão de progresso social. Contudo é reconhecido pelo relatório Stiglitz que bem-estar e felicidade são conceitos não facilmente mensuráveis.

O INE, sendo a autoridade estatística de maior relevo na produção das estatísticas oficiais nas esferas económica e social, tendo por missão “... a produção e divulgação da informação estatística oficial ...”, e ainda “coordenar e exercer a supervisão técnico-científica e metodológica das estatísticas oficiais”, está claramente vocacionado para participar neste processo ambicioso de alteração do paradigma de medida do progresso social.

Não obstante as condicionantes que tem enfrentado em termos de recursos, principalmente humanos, o INE tem contribuído para os desenvolvimentos que se vêm verificando a nível do Sistema Estatístico Europeu, privilegiando no curto prazo a complementaridade entre os indicadores das contas nacionais com a perspectiva do rendimento das famílias e os indicadores sociais, e ainda, a melhoria da informação ambiental.

O INE tem em estudo projectos associados a esta temática, como a elaboração da Conta Satélite das Famílias (com desagregações várias), a compilação de Contas de Património das Famílias, a introdução das actividades domésticas não mercantis e do lazer no cálculo do rendimento (se for possível vir a realizar um inquérito à Ocupação do tempo, operação estatística complexa e muito dispendiosa, realizada pela última vez na década de 90 e desde então não calendarizada devido à restrição de recursos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

O INE perspectiva a realização, ainda em 2011, de um seminário sobre o tema, com base nos trabalhos que estão a ser desenvolvidos e divulgados a nível do Sistema Estatístico Europeu e da OCDE.

Junta-se em anexo Memorando do INE contendo uma breve síntese dos desenvolvimentos recentes desta temática a nível internacional e nacional.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

(Vítor Sereno)



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

MEMORANDO

Assunto: **Petição à AR sobre iniciativas para estudo e debate da medição da Felicidade Interna Bruta em Portugal**

Face à importância do tema "Iniciativas para estudo e debate da medição da Felicidade Interna Bruta em Portugal", que foi objecto de Petição à Assembleia da Republica, considera-se útil explicitar alguma reflexão sobre os desenvolvimentos que o mesmo vem registando a nível internacional e nacional.

0. Nota Prévia

A resposta a questões como

- Está a qualidade de vida a melhorar?
- Como pode constatar-se/medir-se tal melhoria?
- Quais são os "ingredientes" para se atingir um mais elevado nível de bem-estar: Melhor educação? Melhor ambiente? Mais e melhores cuidados de saúde? Melhor habitação? Mais ou menos horas trabalhadas?
- Será que o significado de progresso é o mesmo para todas as pessoas em todos países e sociedades?

Está presente, como nunca antes, na preocupação dos estaticistas e dos decisores políticos.

As respostas a este tipo de questões reflectem a evolução, ao longo do tempo, da realidade num dado país e permitem a comparação entre sociedades e países.

O PIB é um indicador universalmente aceite para monitorar as flutuações de curto e médio prazo da actividade económica, que, apesar de limitações, é ainda o melhor indicador do desempenho da economia de mercado.

Mas não é certamente a forma adequada de medir, no longo prazo, o progresso económico e social, nem medir a capacidade da sociedade em lidar com mudanças climáticas, eficiência de recursos ou exclusão social.

A temática de medição do progresso e bem-estar das sociedades já antiga, sempre presente mas não resolvida, ganhou grande visibilidade na sequência da iniciativa do Presidente Sarkozy, em 2008, de criar uma comissão para medir o desempenho económico e o progresso social.

No rescaldo da crise financeira estava-se perante o momento oportuno de passar a colocar a ênfase na medida do bem-estar das pessoas em vez de medir a produção económica.

O *Projecto Global sobre como medir o progresso das sociedades* da OECD animava o debate sobre a necessidade de alargar as aborgagens à medida da qualidade de vida.

A Comissão Europeia, pelo seu lado, lançava iniciativas da mesma natureza em que se destaca a comunicação "*GDP and beyond: Measuring progress in a changing world*".

É neste contexto que, em 2008, surge o convite do Presidente Sarkozy a Stiglitz, Sen e Fitoussi para liderarem o processo de reflexão sobre as mudanças necessárias.

O resultado do trabalho desta Comissão, o chamado Relatório Stiglitz devido ao nome do seu presidente, apresentado em Setembro de 2009, aponta várias dimensões para estudo e aprofundamento e faz propostas no sentido de melhor se medir o bem-estar e o progresso das suas múltiplas dimensões.

1. Enquadramento

Desde longa data que o PIB té o indicador mais usado (praticamente em exclusividade) para medir o progresso económico e social. Contudo, tem sido reconhecido que este indicador não "captura" muitos factores que influenciam a vida das pessoas e o seu bem-estar, como a segurança, lazer, distribuição de rendimento e ambiente saudável.

Embora no âmbito das Contas Nacionais se disponha de muita informação complementar associada ao PIB e ao Rendimento Nacional — que proporciona um retrato mais completo e adequado da situação económica dos países e das regiões, (na base da produção anual apurada através de um sistema de contabilidade nacional adoptado pela ONU que assegura um elevado grau de comparabilidade), o PIB, tem recebido atenção exclusiva pela comodidade que oferece um indicador sintético de produção universal, não obstante as suas limitações.

Se reservas se levantam à adequabilidade e relevância do PIB para medir o bem-estar das sociedades, há ainda que reconhecer que a sustentabilidade económica, ambiental e social não é retratada através deste indicador.

Neste contexto, foi pedido à Comissão Stiglitz, para:

- i) identificar as limitações do PIB como indicador de bem-estar das sociedades;
- ii) inventariar a informação adicional relevante para medir o bem-estar das sociedades de forma mais adequada e completa o ;
- iii) discutir a forma mais adequada para apresentação de tal informação; e
- iv) avaliar a viabilidade operacional dos métodos de medida propostos.

2. Recomendações gerais da Comissão Stiglitz

De uma forma sintética, a Comissão propôs:

- a) Abandonar a medida (de contabilidade nacional) baseada no PIB;
- b) Adotar uma abordagem mais abrangente da qualidade de vida: para além de educação, saúde, condições de vida, incluir também voz e participação cívicas e políticas, redes sociais, segurança e igualdade de oportunidades;
- c) Adotar uma abordagem mais pragmática para medir a sustentabilidade.

As recomendações da Comissão podem ser agrupadas à volta de **três grandes dimensões** que exigem um sistema estatístico plural e multidimensional:

- Questões associadas ao PIB e sistema de contas nacionais: substituir o PIB por uma medida adequada do rendimento disponível das famílias;
- Qualidade de vida: exige um indicador composto sofisticado que incorpore inovações recentes da economia da felicidade;
- Desenvolvimento sustentável e ambiente: requer um conjunto de indicadores físicos não compatíveis com atribuição de valor monetário, intangíveis e não mercantis.

3. Recomendações específicas da Comissão Stiglitz e desafios colocados às Estatísticas

Medir a prosperidade e qualidade de vida – conceito complexo e multifacetado – é particularmente difícil para um estatístico, pois se é certamente possível medir os recursos investidos na melhoria do bem-estar já não será fácil definir e medir o bem-estar em si mesmo.

O conceito de Bem-estar tem várias dimensões que tendem a inter-relacionar-se. Por um lado, é um conceito subjectivo e, por isso, não mensurável directamente. Por outro, os efeitos do bem-estar podem ser medidos indirectamente e através de vários indicadores. Será, pois, necessário aceitar que vários *benchmarks* são necessários para retratar um conceito tão complexo e diverso.

É, pois, neste contexto de um necessário desenvolvimento e aprofundamento dos sistemas estatísticos que as implicações das recomendações da Comissão são abordadas e respondidas pela Estatística.

Consciente desta realidade no que se refere à medição, em concreto, do **bem-estar material** a Comissão recomenda:

- ✓ Observar o "rendimento" e o "consumo" (em vez da produção)
- ✓ Dar maior ênfase à perspectiva das famílias
- ✓ Considerar indicadores de rendimento e de consumo juntamente com os de riqueza e património
- ✓ Atribuir maior peso à distribuição do rendimento, do consumo e da riqueza
- ✓ Incorporar no rendimento a contribuição de actividades não mercantis.

Para **medir o bem-estar/qualidade de vida** – em termos objectivos e subjectivos -, a Comissão recomenda:

✓ Uma visão multidimensional (*standards* de vida material, saúde, educação, trabalho e outras actividades pessoais, voz, participação). Os indicadores de ocupação de tempo e grau de satisfação associado são altamente deficientes e exigem a definição de *standards* e a comparabilidade entre países e ao longo do tempo.

✓ A incorporação de aspectos de governação, relações sociais, ambiente e segurança (económica e física).

Para, **de uma forma pragmática, medir a sustentabilidade** a qual se revela de grande complexidade e de interacção com aspectos socioeconómicos, a Comissão recomenda:

✓ Dispor necessariamente de um *tableau de bord/ dashboard* para avaliar e interpretar as variações de *stocks* (física e monetária)

✓ Dispor de alguns indicadores físicos para acompanhar os níveis de perda e de desaparecimento (mudanças climáticas, extinção de espécies).

4. Das recomendações à prática: Respostas em curso

Perante a amplitude das recomendações da Comissão Stiglitz e a escassez de recursos que as Autoridades Estatísticas generalizadamente enfrentam, houve que estabelecer prioridades, equacionar alternativas e definir etapas.

- ✓ Melhorar e enriquecer, alargar e complementar a informação que já existe e assegurar difusão e comunicação adequadas
- ✓ Abandonar a exclusividade do PIB, completando-a com outra informação já existente e sobretudo assegurar uma visão abrangente, globalizante e interdependente
- ✓ Interpretar de forma abrangente e interligada
- ✓ Aproveitar sinergias e flexibilidade, desenvolver parcerias — nacionais e internacionais — e, eventualmente,
- ✓ Mudar os métodos de produção estatística face a tão exigentes desafios.

A **OCDE**, pioneira nesta área emergente de preocupações dos estaticistas, dos decisores e das sociedades, tem vindo a estudar o assunto desde há uma década.

Vai ser precisamente no âmbito da OECD que será disponibilizado um primeiro novo produto de informação estatística em resposta aos trabalhos da Comissão Stiglitz.

A partir das recomendações da Comissão Stiglitz, a OECD identificou 11 dimensões essenciais para definição e medida do bem-estar. Está prevista para o próximo mês de Outubro, a divulgação de um novo relatório "Como vai a vida?" (*How's life?*) que explorará os 11 tópicos identificados. A título de exemplo, pode referir-se que o relatório medirá e comparará a qualidade de vida das pessoas nas áreas da saúde, educação, ambiente local, segurança pessoal, riqueza da ligação à comunidade e o grau de satisfação global com a vida. Em apoio a este relatório a OCDE já disponibiliza um Compêndio de Indicadores de bem-estar, em complemento de iniciativas nacionais e privilegiando a comparabilidade entre países.

Comissão Europeia e Sistema Estatístico Europeu.

Em 2009, a Comissão Europeia com base em importantes trabalhos já em curso¹, adoptou uma comunicação identificando acções prioritárias de melhoria da métrica corrente do progresso ("*GDP and beyond: Measuring progress in a changing world*") e estabeleceu, no âmbito da Estratégia Europeia para 2020, cinco metas chave para melhor medir o mundo em mudança e orientar as políticas:

- a) Completar o PIB com indicadores sociais e ambientais;
- b) Disponibilizar atempadamente (quase em tempo real) a informação para a tomada de decisão;
- c) Melhorar o conhecimento da distribuição de rendimento e desigualdades;
- d) Desenvolver, a nível europeu, um *scoreboard* para o desenvolvimento sustentável; e
- e) Estender o sistema de contas nacionais às questões ambientais e sociais.

A estratégia Europeia 2020 já contempla metas decorrentes destas acções.

Em paralelo e para apoiar técnica e estatisticamente este processo, o Eurostat e o INSEE (autoridade estatística francesa), dirigem uma estrutura técnica do SEE para recomendar acções estatísticas específicas em apoio do objectivo de "medir o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável".

O INE Portugal integra um dos grupos de trabalho desta estrutura técnica.

A temática da medida do bem-estar e progresso ganhou também importância nas agendas nacionais das autoridades estatísticas e uma multiplicidade de iniciativas estão em desenvolvimento. De entre estas há a destacar o lançamento de operações estatísticas para medir a ocupação dos tempos (*time-use surveys*), o nível de satisfação de vida, assim como, consultas públicas e debates nacionais sobre o tema.

¹ De salientar a realização, em Novembro de 2007, de uma Conferência organizada pela Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Clube de Roma, a OECD e o *World Wide Fund*, sobre o tema "*Beyond GCP*", com o objectivo de clarificar quais os índices que eram mais apropriados para medir o progresso e a forma como integrá-los no processo de decisão e no debate público. O INE, em colaboração com o DPP, apresentou uma comunicação a esta conferência.

Instituto Nacional de Estatística

Em Portugal, o INE é a autoridade estatística de maior relevo na produção das estatísticas oficiais nas esferas económica e social, tendo por missão "... a produção e divulgação da informação estatística oficial..." , e ainda "coordenar e exercer a supervisão técnico-científica e metodológica das estatísticas oficiais", está no centro das respostas a esta temática.

Não obstante as condicionantes que tem enfrentado em termos de recursos, principalmente humanos, o INE tem contribuído para os desenvolvimentos que se vêm verificando a nível do Sistema Estatístico Europeu, em particular, privilegiando no curto prazo, a complementaridade entre os indicadores das contas nacionais com a perspectiva do rendimento das famílias e os indicadores sociais.

O INE tem em estudo projectos mais ambiciosos associados a esta temática, como a elaboração da Conta Satélite das Famílias (com desagregações várias), a compilação de Contas de Património das famílias, a introdução das actividades domésticas não mercantis e do lazer no cálculo do rendimento (se for possível dispor de um inquérito à ocupação do tempo -operação estatística complexa e muito dispendiosa, não calendarizada por restrições de recursos).

O INE perspectiva a realização, ainda em 2011, de um seminário sobre o tema, com base nos trabalhos que estão a ser desenvolvidos e divulgados a nível do Sistema Estatístico Europeu e da OCDE.

INE, 2011.08.12